



041 – REQUERIMENTO PARA:

Pedido de isenção de taxas

Gestor do Procedimento: _____

Apreciação:

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal

1. REQUERENTE

Nome do requerente _____

Residência/Sede _____

Código Postal _____ / _____

BI / Cartão de Cidadão n.º _____ . Emitido em ____/____/____. Válido até ____/____/____

Contribuinte n.º _____

Telefone n.º _____ Fax n.º _____ E-mail _____

Correspondência a enviar para (A preencher no caso de querer o envio de correspondência para outra morada):

2. PEDIDO

Vem na qualidade de:

Proprietário Mandatário Usufrutuário Superficiário Co-proprietário

Requer a V. Ex.ª que lhe seja concedida a isenção do pagamento de taxas, relativamente ao processo n.º _____/_____,
por se tratar de entidade abrangida pelo artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal:

- As pessoas singulares a quem seja reconhecida insuficiência económica;
- Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 80 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente.
- Pessoa coletiva, nos termos do n.º _____ do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal.
- Abrangida pelo n.º 16 do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal.

Pede deferimento.

Sabugal _____ / _____ / _____

(Assinatura do(s) requerente(s))

Verifiquei a assinatura pelo Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º

O Funcionário

Verifiquei a assinatura pelo Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º

O Funcionário

Documentos a apresentar:

Fotocópia do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão e do Contribuinte;

Para as entidades referidas na alínea a), deverão ainda apresentar:

Última declaração de rendimentos (IRS) ou, se for o caso, certidão de isenção emitida pelo serviço de finanças;

Extracto de remunerações emitido pela segurança social;

Documento comprovativo da inscrição no centro de emprego, de cada adulto activo do agregado familiar;

Declaração de titularidade da prestação do rendimento social de inserção (RSI);

Os documentos supra referenciados podem ser dispensados e substituídos por estudo de caracterização socioeconómica do agregado familiar elaborado pelo sector de acção social Municipal.

Tomei conhecimento que o pedido está correctamente instruído.

(O Requerente)

Tomei conhecimento que existem deficiências ou omissões na instrução do processo, contudo insisto na sua entrega.

(O Requerente)